



Número: **5025364-36.2024.4.03.6301**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**  
Órgão julgador: **9ª Vara Gabinete JEF de São Paulo**  
Última distribuição : **28/06/2024**  
Valor da causa: **R\$ 13.757,48**  
Processo referência: **6001516-35.2024.4.06.3806**  
Assuntos: **Citação**  
Nível de Sigilo: **0 (Público)**  
Justiça gratuita? **NÃO**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
2ª VARA FEDERAL DE PATOS DE MINAS/MG (DEPRECANTE)	
JEF SP - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CIVEL SÃO PAULO (DEPRECADO)	

Outros participantes	
CAROLINA ALCOVER RODRIGUES (PARTE AUTORA)	
	CAMILA BATIGNIANI PIMENTA TEIXEIRA (ADVOGADO)
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SAO PAULO (PARTE RE)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
330232404	28/06/2024 16:42	<a href="#">Petição inicial</a>	Petição inicial
330232413	28/06/2024 16:42	<a href="#">CP e anexos (1)</a>	Carta Precatória
330498058	02/07/2024 13:37	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

CARTA PRECATÓRIA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória

Código de rastreabilidade: 406202413104353

Nome original: CP e anexos (1).pdf

Data: 28/06/2024 15:45:40

Remetente:

Rafael Lima Bicalho

SJMG - SSJ - 2ª Vara de Patos de Minas

Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Documento: não assinado.

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: ENCAMINHO CARTA PRECATÓRIA EXPEDIDA, A FIM DE QUE HAJA CITAÇÃO DO CREA-SP



Este documento foi gerado pelo usuário 535.\*\*\*.\*\*\*-53 em 22/07/2024 02:22:04

Número do documento: 24062816415974500000318997860

<https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24062816415974500000318997860>

Assinado eletronicamente por: EDUARDO BARROS DE JESUS - 28/06/2024 16:41:59



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária de Minas Gerais**  
**2ª Vara Federal com JEF Adjunto de Patos de Minas**

Rua Alberto Pereira da Rocha, 12, Justiça Federal - Bairro: Guanabara - CEP: 38.701-21 - Fone: (34) 3818-5426 - Email: 02vara.pms@trf6.jus.br

**PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Nº 6001516-35.2024.4.06.3806/MG**

**AUTOR:** CAROLINA ALCOVER RODRIGUES

**RÉU:** CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA/SP

**CARTA PRECATÓRIA Nº 380000244501**

**FINALIDADE:** Citar CREA-SP para cumprir a decisão proferida e oferecer contestação, no prazo legal.

**DOCUMENTOS ANEXOS:** Inicial, procuração e despacho/decisão.

Patos de Minas data, infra.

Documento eletrônico assinado por **WILLIAM MATHEUS FOGACA DE MORAES, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [https://eproc1g.trf6.jus.br/eproc/externo\\_controlador.php?acao=consulta\\_autenticidade\\_documentos](https://eproc1g.trf6.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos), mediante o preenchimento do código verificador **380000244501v2** e do código CRC **4c88b8ac**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): WILLIAM MATHEUS FOGACA DE MORAES  
Data e Hora: 28/5/2024, às 15:10:41

**6001516-35.2024.4.06.3806**

**380000244501.V2**





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária de Minas Gerais**  
**2ª Vara Federal com JEF Adjunto de Patos de Minas**

Rua Alberto Pereira da Rocha, 12, Justiça Federal - Bairro: Guanabara - CEP: 38.701-21 - Fone: (34) 3818-5426 - Email: 02vara.pms@trf6.jus.br

**PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Nº 6001516-35.2024.4.06.3806/MG**

**AUTOR:** CAROLINA ALCOVER RODRIGUES

**RÉU:** CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA/SP

**DESPACHO/DECISÃO**

Trata-se de ação ordinária na qual a parte autora postula provimento jurisdicional, em tutela de urgência, para que seja determinado o cancelamento dos protestos realizados pela ré junto aos 1º e 3º Cartórios da Comarca de Matão; sejam oficiados os referidos cartórios para cumprimento da decisão, bem como determinar ao réu que se abstenha de realizar novos protestos e negativas em razão da ausência de pagamento de qualquer anuidade/débito.

A parte autora narra que se formou em engenharia de alimentos, em 2011, quando solicitou o seu registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo para o exercício da profissão, tendo sido inscrita sob o nº. 5063410069.

Sustenta que, em novembro/2015, foi contratada pela empresa NSF Bioensaios – Prestação de Serviços de Análises e Certificação LTDA, para a função de auditor técnico.

Diz que, no entanto, em 01 de março de 2017, o seu cargo foi modificado, passando a desenvolver as atividades de Coordenadora de Marketing, que nada tem a ver com engenharia de alimentos.

Alega que, em 01 de março de 2019, passou a exercer a função de Coordenadora de Operações, que também não tinha nenhuma relação com sua área técnica de formação em engenharia.

Afirma que, em fevereiro/2020, por não mais desenvolver nenhuma atividade relacionada à engenharia, realizou a solicitação do cancelamento de sua inscrição junto ao réu, mas foi surpreendida com o indeferimento do pedido, sob o argumento de que “o código CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) constante em seu registro na CTPS é o de nº 2222-05: Engenheiro de Alimentos”.

Declara que, por entender que o indeferimento foi completamente abusivo e absurdo, deixou de realizar o pagamento das anuidades dos anos seguintes – principalmente porque já não exercia nenhuma função que exigia seu registro junto ao CREA -, mas teve o seu nome protestado pelo réu perante o 1º e o 3º Cartório da Comarca de Matão.

Inicial acompanhada de procuração e documentos.

**Decido.**

**6001516-35.2024.4.06.3806**

**380000232926.V9**

[https://eproc1g.trf6.jus.br/eproc/controlador.php?acao=minuta\\_imprimir&acao\\_origem=acessar\\_documento&hash=4a204cc454b3dc45035975f4f...](https://eproc1g.trf6.jus.br/eproc/controlador.php?acao=minuta_imprimir&acao_origem=acessar_documento&hash=4a204cc454b3dc45035975f4f...)

1/4





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária de Minas Gerais**  
**2ª Vara Federal com JEF Adjunto de Patos de Minas**

Nos termos do art. 300 do CPC, para a concessão da tutela de urgência exige-se a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Ressalta-se que, conforme previsão do art 5º da Lei nº. 12.514/2011, o fato gerador das anuidades é a existência de inscrição no conselho, ainda que por tempo limitado, ao longo do exercício.

No presente caso, a parte autora comprovou nos autos que estava inscrita no CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, - CREA/SP (Evento 1, ANEXOSPET6, Página 2) e procedeu ao pedido formal de interrupção do registro de sua inscrição.

Todavia, teve o seu pedido indeferido pelo réu (Evento 1, ANEXOSPET8, Página 1), em razão de o código CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) constante em seu registro na CTPS ser o de nº. 2222-05, engenheiro de alimentos.

Outrossim, trouxe aos autos o e-mail encaminhado à autora pelo réu (Evento 1, ANEXOSPET10) no qual constou a seguinte informação: "O referido protocolo foi INDEFERIDO, conforme ofício nº 13540/2020, em anexo. Assim, seu registro permaneceu ATIVO e gerando anuidades. As pessoas físicas e jurídicas registradas são obrigadas a recolher o respectivo valor da anuidade a partir de 1º de janeiro. O pagamento deve ser realizado até o dia 31 de março do respectivo ano do exercício para que não seja gerado juros ou fique passível de inscrição em dívida ativa da União."

Constou, ainda, no mencionado documento que o registro da autora está ativo desde 03/05/2012 e desde 2020 as anuidades não foram quitadas e, em razão disso, foram protestadas as anuidades de 2020 à 2021, de 2022 e 2023.

Em análise tangencial de conhecimento perfunctório, entendo que o seu pedido deveria ter sido deferido, uma vez que, por mais que o fato gerador da anuidade se dê com a inscrição no Conselho, a parte autora fez o requerimento de interrupção da inscrição no órgão por não mais estar exercendo atividades laborativas submetidas à fiscalização da parte ré, conforme demonstra a alteração de seu labor na carteira de trabalho para coordenador de marketing (Evento 1, CTPS5, Página 4). Nessa linha:

ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. REGISTRO VOLUNTÁRIO. COBRANÇA DE ANUIDADES POSTERIORES AO PEDIDO DE CANCELAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. 1. A inscrição espontânea no Conselho Regional constitui fato gerador da obrigação, sujeitando o profissional ao pagamento das anuidades até o pedido de cancelamento. 2. Nesse sentido: O Superior Tribunal de Justiça já manifestou entendimento de que comprovado o requerimento de baixa do registro, bem como demonstrado o não exercício da profissão, o Conselho Profissional não pode manter o requerente no seu quadro de inscritos, e, por conseguinte, restaria indevida a cobrança de anuidades com data posterior ao pedido de desligamento. Confira-se: STJ, REsp 1352063/PR, Rel. Ministro Herman

6001516-35.2024.4.06.3806

380000232926.V9

[https://eproc1g.trf6.jus.br/eproc/controlador.php?acao=minuta\\_imprimir&acao\\_origem=acessar\\_documento&hash=4a204cc454b3dc45035975f4f...](https://eproc1g.trf6.jus.br/eproc/controlador.php?acao=minuta_imprimir&acao_origem=acessar_documento&hash=4a204cc454b3dc45035975f4f...)

2/4





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária de Minas Gerais**  
**2ª Vara Federal com JEF Adjunto de Patos de Minas**

Benjamin, Segunda Turma, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013; STJ, REsp 1146010/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 17/12/2009, DJe 08/02/2010 (TRF1, AC 0063778-46.2008.4.01.9199, Rel. Desembargador Federal José Amilcar Machado, Sétima Turma, e-DJF1 25/10/2019) 3. Tendo em vista que o apelado requereu voluntariamente sua inscrição no CRA/MG em junho de 2000, com pedido de cancelamento em 30/05/2012, afigura-se indevida a cobrança das anuidades referentes aos anos de 2013 a 2016. 4. No tocante à aplicação do § 11 do art. 85 do CPC, verifica-se que a matéria discutida nos autos é eminentemente de direito e repetitória, razão pela qual devem ser mantidos os honorários advocatícios fixados na sentença, considerados suficientes para o trabalho desenvolvido pelo advogado até a fase recursal, vez que não houve inovação nas contrarrazões. 5. Apelação não provida.

(AC 0000121-64.2019.4.01.3826, DESEMBARGADOR FEDERAL HERCULES FAJOSSES, TRF1 - SÉTIMA TURMA, PJe 09/08/2021 PAG. - destaquei).

Ademais, o preenchimento da Carteira de Trabalho é ônus do empregador e não do empregado. Por consectário, exigir anuidades do filiado somente por não ter sido alterada a CBO, por equívoco do empregador, destoa dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que devem ser observados pelo Conselho nos processos administrativos.

Assim, no juízo de cognição sumária, reputo que há elementos nos autos evidenciando a plausibilidade do direito alegado, uma vez que o requerimento da parte autora se deu, em 11/02/2020, anteriormente ao vencimento da anuidade de 2020 (Evento 1, ANEXOSPET10, Página 1).

Outrossim, considero presente o requisito do perigo da demora, uma vez que a dívida da parte autora foi protestada e pode ser inscrita no SPC e SERASA que é um obstáculo à realização de contratações de créditos e transações comerciais.

Portanto, no âmbito da cognição sumária, típica da análise dos documentos carreados ao feito pela parte autora, os requisitos autorizadores da tutela postulada encontram-se presentes.

Ressalto que a reversibilidade da medida é latente, de modo que, ao final do processo, se apurada a improcedência do pleito, facilmente poderá ser restabelecido o protesto.

Ante o exposto, **DEFIRO PARCIALMENTE** o pedido de tutela e **DETERMINO** a suspensão dos protestos realizados pela ré no nome da autora, referentes às anuidades de 2020, 2021, 2022 e 2023, bem como que não sejam realizados novos protestos e negativas.

**INTIME-SE** a ré para ciência e cumprimento da tutela.

6001516-35.2024.4.06.3806

380000232926.V9

[https://eproc1g.trf6.jus.br/eproc/controlador.php?acao=minuta\\_imprimir&acao\\_origem=acessar\\_documento&hash=4a204cc454b3dc45035975f4f...](https://eproc1g.trf6.jus.br/eproc/controlador.php?acao=minuta_imprimir&acao_origem=acessar_documento&hash=4a204cc454b3dc45035975f4f...)

3/4





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária de Minas Gerais**  
**2ª Vara Federal com JEF Adjunto de Patos de Minas**

CITE-SE a ré para apresentar contestação, no prazo legal, devendo fazer acompanhar a defesa toda a documentação necessária ao deslinde da causa, oportunidade em que deverá especificar as provas que pretende produzir (art. 336, do CPC).,

Apresentada a contestação e havendo quaisquer das hipóteses dos arts. 350 e 351 do CPC, bem como a apresentação de documento novo, intime-se a autora a falar em réplica no prazo de 15 (quinze) dias, bem como para especificação de provas, justificando-as.

Patos de Minas / MG, 22 de maio de 2024.

Documento eletrônico assinado por **WILLIAM MATHEUS FOGACA DE MORAES, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [https://eproc1g.trf6.jus.br/eproc/externo\\_controlador.php?acao=consulta\\_autenticidade\\_documentos](https://eproc1g.trf6.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos), mediante o preenchimento do código verificador **380000232926v9** e do código CRC **3a385390**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): WILLIAM MATHEUS FOGACA DE MORAES  
Data e Hora: 22/5/2024, às 18:13:4

6001516-35.2024.4.06.3806

380000232926.V9





Ao Douto Juízo da \_\_\_\_ª Vara do Juizado Especial Federal da Subseção de Patos de Minas/MG

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito

**CAROLINA ALCOVER RODRIGUES**, brasileira, inscrita no RG sob o nº 333463170 SSP/SP e no CPF sob o nº 368.896.758-51, residente e domiciliada na Rua Capitão Américo Santana, nº 280, Bairro Alto dos Caiçaras, Patos de Minas/MG, CEP 38702-228, vem, respeitosamente, por suas procuradoras (mandato anexo), propor a presente

**AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C  
PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS**

**COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA**

em face de **CREA/SP – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, autarquia federal, inscrita no CNPJ sob o nº 60.985.017/0001-77, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 1059, 9º andar, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 01.452-002, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

## 1. DOS FATOS

A Promovente se formou em engenharia de alimentos, em 2011, quando solicitou o seu registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo para o exercício da profissão, tendo sido inscrita sob o nº 5063410069.

Em novembro/2015, a Promovente foi contratada pela empresa NSF Bioensaios – Prestação de Serviços de Análises e Certificação LTDA, para a função de auditor técnico. No entanto, em 01 de março de 2017 o seu cargo foi modificado, passando a desenvolver as atividades de Coordenadora de Marketing, que nada tem a ver com engenharia de alimentos.

Veja-se:

QB

Tatalita Queiroz (31) 98120-0989 – Camila Batigniani (31) 97115-0368

Rua dos Guajajaras, 771 - Belo Horizonte - Minas Gerais  
contencioso@advqb.com.br

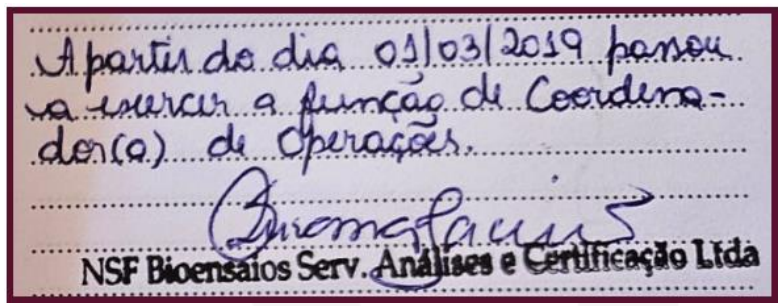
1

# Queiroz Batigniani

ADVOCACIA CONSULTORIA COMPLIANCE



Já em 01 de março de 2019, a Promovente passou a exercer a função de Coordenadora de Operações, que também não tinha nenhuma relação com sua área técnica de formação em engenharia.



Dentre suas atribuições, estão participar de treinamentos da NSF; monitorar e relatar à equipe de gestão as necessidades dos clientes, problemas na entrega dos serviços e ameaças competitivas; desenvolver planos de trabalho; criar e manter atualizados todos os contratos de IC; agendar auditorias; designar treinamentos; auxiliar no desenvolvimento de treinamentos; organizar o processo e manutenção de documentação, contratos, qualificações e exigências pessoais gerais do auditor contratado; controle de prazos; aprovação de despesas e deslocamento de viagem; e realizar processos de seleção.

Dessa forma, em fevereiro/2020, por não mais desenvolver nenhuma atividade relacionada à engenharia, a Promovente realizou a solicitação do cancelamento de sua inscrição junto ao Promovido, mas foi surpreendida com o indeferimento do pedido, sob o argumento de que “o código CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) constante em seu registro na CTPS é o de nº 2222-05: Engenheiro de Alimentos”.

A Promovente realmente foi contratada, no ano de 2015, como engenheira de alimentos para a função de auditor técnico, mas o Promovido, arbitrariamente, **desconsiderou as anotações realizadas no campo de alterações da CTPS, que comprovam que, desde o ano de 2017, a Promovente não mais desempenha qualquer função relacionada à engenharia.**

Por entender que o indeferimento foi completamente abusivo e absurdo, a Promovente deixou de realizar o pagamento das anuidades dos anos seguintes – principalmente porque já não exercia nenhuma função que exigia seu registro junto ao CREA -, mas teve o seu nome protestado pelo Promovido perante o 1º e o 3º Cartório da Comarca de Matão (documento anexo):



Tatalita Queiroz (31) 98120-0989 – Camila Batigniani (31) 97115-0368  
 Rua dos Guajajaras, 771 - Belo Horizonte - Minas Gerais  
 contencioso@advqb.com.br



- ANUIDADES DE 2020 à 2021: protestadas no 3º Cartório da Comarca de Matão. A certidão nº 308668, inscrita em 23/07/2022, está atualmente no valor de R\$1.934,94, podendo ser paga à vista (não há concessão de descontos) ou parcelada em no máximo 6x de R\$322,49, com primeiro vencimento para 31/03/2024.

- ANUIDADE DE 2022: protestada no 3º Cartório da Comarca de Matão. A certidão nº 456125, inscrita em 11/09/2023, está atualmente no valor de R\$944,66, podendo ser paga à vista (não há concessão de descontos) ou parcelada em no máximo 6x de R\$157,44, com primeiro vencimento para 31/03/2024.

- ANUIDADE DE 2023: protestada no 1º Cartório da Comarca de Matão. A certidão nº 491418, inscrita em 07/02/2024, está atualmente no valor de R\$877,88, podendo ser paga EXCLUSIVAMENTE à vista (não há concessão de descontos) uma vez que a unidade financeira do CREA-SP não autoriza mais de dois parcelamentos ativos no registro, com vencimento para 31/03/2024.

Considerando os registros públicos de inadimplência, a Promovente está com seu crédito limitado, o que implica em prejuízos à sua imagem e incomensurável risco à sua vida, principalmente porque precisou se afastar de suas atividades laborais para se submeter a um tratamento de câncer de mama, que é longo e dispendioso. Assim, caso necessite realizar algum empréstimo nesse momento delicado, encontrará obstáculos por culpa exclusiva do Promovido.

De todo modo, é certo que o indeferimento da interrupção do registro profissional da Promovente carece de fundamento e, portanto, é indevido. Consequentemente, as cobranças feitas anualmente pelo CREA/SP também são indevidas, visto que a Promovente está sendo irregularmente impedida de cancelar seu registro e compelida a permanecer cadastrada sem o seu consentimento.

Dessa forma, diante da impossibilidade de resolução administrativa do imbróglio, se fez necessário o ajuizamento da presente demanda, para que o CREA/SP proceda com a interrupção do registro profissional da Promovente, bem como para que seja reconhecida a ilegalidade das cobranças e do protesto realizados.

## 2. DO DIREITO

O registro junto ao CREA é concedido aos profissionais formados em curso superior para atuar legalmente nas áreas de engenharia, agronomia e geociências. Assim, após a finalização da graduação, o engenheiro – como é o caso da Promovente – realiza seu cadastro junto ao órgão, **caso vá exercer a profissão que necessita do referido registro.**

Entretanto, se o profissional, ainda que graduado em uma dessas áreas, deixar de atuar nestas profissões, o registro junto ao CREA se torna desnecessário.

O art. 5º, inciso XX da Constituição da República dispõe que “*ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado*”. Nesse sentido, o indeferimento indevido do CREA para o pedido de interrupção do registro do profissional se mostra não somente abusivo, mas **inconstitucional.**

Mesmo sem exercer qualquer função ligada à engenharia, a Promovente está sendo compelida a permanecer registrada junto ao CREA, ferindo o dispositivo constitucional acima mencionado. Se não bastasse, o Promovido ainda cobra, anualmente, altos valores da Requerente para mantê-la registrada – contra sua vontade.



Tatalita Queiroz (31) 98120-0989 – Camila Batigniani (31) 97115-0368

Rua dos Guajajaras, 771 - Belo Horizonte - Minas Gerais  
contencioso@advqb.com.br



Portanto, a fim de assegurar o direito constitucionalmente assegurado, os Tribunais Regionais Federais entendem pela necessidade do cancelamento da inscrição, além de reconhecerem como indevidas as cobranças realizadas após o pedido de cancelamento/interrupção.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. CANCELAMENTO DE REGISTRO JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. SUPERVISORA DE VENDAS. **INEXIGÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ENGENHARIA. DESNECESSIDADE DE REGISTRO OU INSCRIÇÃO. ANUIDADES INDEVIDAS A PARTIR DO PEDIDO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO.** ARTIGO 5º, INCISO XX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APELAÇÃO DESPROVIDA. 1. A Autora requereu o cancelamento de seu registro junto ao CREA/SP, sob o argumento de que para ocupar o cargo de supervisora de vendas não é exigida a formação em Engenharia Química. 2. O Conselho Réu indeferiu o pedido de cancelamento por entender que, atuando na seção de engenharia de aplicação, a supervisão de vendas, suas funções demandariam a aplicação dos conhecimentos técnicos da engenharia, de modo que a Câmara Especializada não poderia liberar a Apelada da sua sujeição à fiscalização, sob pena de infringir a legislação vigente, o que configuraria exercício ilegal. 3. **Pela interpretação do disposto pelo artigo 5º, inciso XX, da Constituição Federal: "ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado", conclui-se que o cancelamento de inscrição perante conselho profissional é livre, não sendo necessária prova de não exercício da profissão para o desligamento.** 4. Os documentos acostados ao processo, dão conta que **as atribuições do cargo ocupado pelo Autora não podem ser descritas como típicas do profissional de engenharia.** 5. **Indevidas pois, a manutenção da inscrição da Autora no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA/SP), bem como a cobrança das anuidades, a partir do recebimento do pedido de seu desligamento.** 6. Apelação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia a que se nega provimento. (TRF-3 - ApelRemNec: 50033473120184036102 SP, Relator: Desembargador Federal MARLI MARQUES FERREIRA, Data de Julgamento: 27/11/2020, 4ª Turma, Data de Publicação: e - DJF3 Judicial 1 DATA: 03/12/2020)

ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. CANCELAMENTO DE REGISTRO JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **INEXIGÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ENGENHARIA. DESNECESSIDADE DE REGISTRO OU INSCRIÇÃO. ANUIDADES INDEVIDAS A PARTIR DO PEDIDO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO.** ARTIGO 5º, INCISO XX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APELAÇÃO DESPROVIDA. 1. O Autor requereu a baixa de sua inscrição haja vista que, **a despeito de sua formação como engenheiro, não atua em área sujeita à fiscalização do CREA.** 2. O Conselho Réu indeferiu o pedido de baixa da inscrição por entender que a formação e a área de atuação do Autor estariam compreendidas na alçada fiscalizatória do CREA. 3. Ainda que o fato gerador para cobrança da anuidade a partir da vigência da Lei nº 12.514/11, seja a simples inscrição do profissional no conselho correspondente, no caso dos autos, não há provas capazes de comprovar o exercício profissional do Autor como Engenheiro em momento posterior ao pedido de interrupção do seu registro no CREA-SP. 4. Insta consignar, **que as atividades desempenhadas pela Autor não estão**



Tatalita Queiroz (31) 98120-0989 – Camila Batigniani (31) 97115-0368

Rua dos Guajaras, 771 - Belo Horizonte - Minas Gerais  
contencioso@advqb.com.br





apontadas na legislação que obriga o registro no CREA, qual seja, o artigo 1º, da Lei nº 5.194/66. 5. Ademais, constitui direito subjetivo do profissional não permanecer vinculado ao órgão de classe, seja porque não pretende mais desempenhar a atividade, seja porque o cargo ou a função não exigem a inscrição no respectivo Conselho. 6. Pela interpretação do disposto pelo artigo 5º, inciso XX, da Constituição Federal: "ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado", conclui-se que o cancelamento de inscrição perante conselho profissional é livre, não sendo necessária prova de não exercício da profissão para o desligamento. 7. Indevidas pois, a manutenção da inscrição do Autor no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA/SP), bem como a cobrança das anuidades, a partir do recebimento do pedido de seu desligamento. 8. Apelação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia a que se nega provimento. (TRF-3 - ApCiv: 50003241820214036120 SP, Relator: Desembargador Federal MARLI MARQUES FERREIRA, Data de Julgamento: 01/08/2022, 4ª Turma, Data de Publicação: DJEN DATA: 05/08/2022)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. MANUTENÇÃO DO REGISTRO APÓS PEDIDO DE CANCELAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INEXIGIBILIDADE DE COBRANÇA DE ANUIDADES. ART. 5º, XX, DA CF. DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS APÓS O PEDIDO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. APELAÇÃO PROVIDA. 1. A Administração Pública é regida pelo princípio da estrita legalidade: só pode fazer aquilo que a lei determina. 2. O direito de desligar-se dos conselhos de fiscalização profissional é livre, bastando a manifestação de vontade do inscrito, não podendo ser condicionado nem à prova do não-exercício da profissão, nem ao pagamento de anuidades, sob pena de afronta ao art. 5º, incisos II e XX, da CF. 3. Inexigíveis, pois, a cobrança de anuidades e demais valores pagos, após o requerimento do cancelamento do registro profissional. 4. De rigor a devolução dos valores pagos pela Apelante, após o pedido de cancelamento de seu registro profissional, devidamente corrigidos. 5. O dano moral, em face de sua subjetividade, se presume com a ocorrência do ilícito, eis que não há como ser provado. Desse modo, a inscrição da Autora em cadastro de proteção ao crédito por conta de anuidades que não eram devidas, por si só, configura dano moral. 6. Para a determinação do valor da indenização por danos morais deve o órgão julgador considerar a repercussão do fato, as circunstâncias em que o mesmo ocorreu, e a condição econômica do seu causador e de quem o sofreu. 7. Indenização fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). 8. Apelação da Autora a que se dá provimento. (TRF-3 - ApCiv: 50003389020174036136 SP, Relator: Desembargador Federal MARLI MARQUES FERREIRA, Data de Julgamento: 29/03/2021, 4ª Turma, Data de Publicação: DJEN DATA: 14/04/2021)

APELAÇÃO CIVEL. ADMINISTRATIVO. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. CREA/MG. EMPRESA QUE PRESTA SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. REQUERIMENTO DE BAIXA DO REGISTRO. INDEFERIMENTO. COBRANÇA DE ANUIDADES E MULTA APÓS PEDIDO. INEXIGIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. A controvérsia do presente recurso diz respeito ao deferimento do pedido de cancelamento definitivo do registro da Autora no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais CREA/MG em 04/04/2017, declaração de inexigibilidade das



anuidades cobradas após essa data e declaração de nulidade do auto de infração lavrado em decorrência da fiscalização ocorrida em 16/02/2018, isto é, após o pedido de cancelamento do registro. 2. Esta Corte e o TRF4 firmaram o entendimento de que o cancelamento do registro nos Conselhos Profissionais não está condicionado à quitação dos débitos de anuidades em atraso, bem como, são inexigíveis as anuidades posteriores ao pedido de cancelamento. 3. Na hipótese, a autora logrou êxito em comprovar o pedido de cancelamento de seu registro perante o respectivo Conselho Profissional. 4. O Superior Tribunal de Justiça já manifestou entendimento de que comprovado o requerimento de baixa do registro, bem como demonstrado o não exercício da profissão, o Conselho Profissional não pode manter o requerente no seu quadro de inscritos, e, por conseguinte, restaria indevida a cobrança de anuidades com data posterior ao pedido de desligamento. Confira-se: STJ, REsp 1352063/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013; STJ, REsp 1146010/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2009, DJe 08/02/2010. 5. Apelação não provida. (TRF-1 - AC: 10003257020184013812, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, Data de Julgamento: 09/02/2021, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: PJe 12/02/2021 PAG PJe 12/02/2021 PAG)

Consequentemente, e também de acordo com o entendimento acima exposto, as cobranças das anuidades cobradas pelo CREA são indevidas e o valor deve ser declarado como inexigível.

O valor cobrado irregularmente pelo CREA totaliza, até o momento, R\$ 3.757,48 (três mil setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos), considerando as anuidades dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, conforme informado pelo Promovido. Esse valor ainda pode ser majorado no caso de cobrança das custas e emolumentos dos Cartórios.

Não se olvida que a associação forçada e a cobrança indevida constituem dano moral *in re ipsa* e importam, por si sós, no dever de indenizar. Mas, no presente caso, os fatos narrados estão impingindo à Promovente extrema ansiedade, que deve ser ponderada para o arbitramento da indenização.

É que a Promovente está passando pelo tratamento de câncer de mama, que, notoriamente, se trata de um tratamento difícil, doloroso e dispendioso. Assim, a cobrança perpetrada pelo CREA tem gerado extremo desgaste, a ponto de a Promovente ter que judicializar a questão, pois além do estresse decorrente do indeferimento do pedido de cancelamento do registro, o protesto do seu nome ainda representa um obstáculo ao acesso de crédito, caso seja necessário, e afeta negativamente a sua reputação e credibilidade.

O CREA não poderia ter negado a solicitação de baixa do registro, uma vez que, conforme bem delineado no julgamento realizado pelo e. TRF3, nos autos do processo nº 5003347-31.2018.403.6102, “o cancelamento de inscrição perante conselho profissional é livre, não sendo necessária prova de não exercício da profissão para o desligamento”.

De qualquer modo, reitere-se que o dano moral, no presente caso, prescinde de dilação probatória, pois ele é proveniente do comportamento abusivo e indevido do CREA. Além



disso, o direito à indenização é assegurado pela CF, em seu art. 37, § 6º<sup>1</sup>, a todo aquele que sofre dano provocado pela pessoa jurídica de direito público, como é o caso do CREA, sendo razoável, portanto, a condenação no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), como ora **requer**.

### 3. DA TUTELA DE URGÊNCIA

Conforme informado, a Promovente teve o seu nome protestado pelo Promovido, em razão da cobrança irregular das anuidades dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, havendo risco de novo protesto, considerando que a anuidade de 2024 também está pendente.

Os protestos foram realizados irregularmente, uma vez que, ainda em 2020, a Promovente informou ao Promovido que não mais desejava manter o seu registro, solicitando o respectivo cancelamento para que nenhuma cobrança fosse perpetrada, visto que já não exercia nenhuma função referente à engenharia.

Dessa forma, estão presentes os requisitos fixados pelo art. 300 do Código de Processo Civil, pois os documentos ora colacionados, que consubstanciam a **probabilidade do direito**, comprovam a solicitação de cancelamento do registro e o irregular indeferimento pelo Promovido.

Na mesma esteira, o **perigo de dano** também está presente, pois o protesto está produzindo impactos significativos à Promovente, com prejuízos à sua reputação e credibilidade. E além do óbvio estresse emocional causado pela pressão financeira, esses protestos podem ser vistos por potenciais empregadores e instituições financeiras, dificultando a obtenção de crédito, empréstimos ou até mesmo oportunidades de trabalho.

A manutenção desses registros pode minar a confiança conquistada ao longo do tempo, afetando não apenas as relações comerciais atuais, mas também possíveis oportunidades futuras. Do mesmo modo, pode resultar em restrições legais, como a inclusão do nome nos órgãos de proteção ao crédito, limitando o acesso a serviços essenciais. Essa situação pode gerar um ciclo de dificuldades financeiras e emocionais, motivo pelo qual o deferimento do pedido de tutela de urgência é medida de extrema necessidade.

Portanto, **suplica pelo deferimento da tutela de urgência**, para que seja determinado o cancelamento dos protestos realizados pelo Promovido junto aos 1º e 3º Cartórios da Comarca de Matão, oficiando os referidos cartórios para cumprimento da decisão, bem como para que seja determinado ao Promovido que se abstenha de realizar novos protestos e negativas em razão da ausência de pagamento de qualquer anuidade/débito.

<sup>1</sup>**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

4. DOS PEDIDOS

Face ao exposto, requer que V. Exa. digne-se de:

- a) DETERMINAR, em sede de tutela de urgência inaudita altera parte, o cancelamento dos protestos realizados pelo Promovido junto aos 1º e 3º Cartórios da Comarca de Matão, oficiando os referidos cartórios para cumprimento da decisão, bem como DETERMINAR ao Promovido que se abstenha de realizar novos protestos e negativas em razão da ausência de pagamento de qualquer anuidade/débito;
- b) CITAR o Promovido, no endereço indicado nesta inicial para, querendo, apresentar resposta no prazo legal, sob pena de sofrer os efeitos da revelia;
- c) Julgar PROCEDENTES os pedidos para:
  - c.1) DETERMINAR que o Promovido realize a baixa do registro profissional da Promovente, sob pena de multa diária a ser fixada por este d. juízo e revertida em favor da Promovente;
  - c.2) DECLARAR a inexigibilidade dos valores de anuidade cobrados entre os anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, determinando ao Promovido o cancelamento dos boletos expedidos em prejuízo da Promovente;
  - c.3) CONDENAR o Promovido ao pagamento de indenização por danos morais, em valor que espera não seja inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, em especial a juntada de documentos e realização de prova oral, por meio do depoimento pessoal do representante do Promovido, o que desde já requer sob pena de confissão.

Por fim, requer sejam todas as notificações e intimações realizadas em nome das advogadas TALITA CARDOSO QUEIROZ, regularmente inscrita na OAB/MG sob o nº 180.292, e CAMILA BATIGNIANI PIMENTA TEIXEIRA, regularmente inscrita na OAB/MG sob o nº 151.035, e-mail contencioso@advqb.com.br, sob pena de nulidade.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.757,48 (treze mil setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

Termos em que  
P. Deferimento.

QB

Tatalita Queiroz (31) 98120-0989 – Camila Batigniani (31) 97115-0368

Rua dos Guajajaras, 771 - Belo Horizonte - Minas Gerais  
contencioso@advqb.com.br





Belo Horizonte/MG, 13 de maio de 2024.

Talita Cardoso Queiroz  
OAB/MG 180.292

Camila Batigniani Pimenta Teixeira  
OAB/MG 151.035



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME  
CAROLINA ALCOVER RODRIGUES

1ª HABILITAÇÃO  
17/10/2006

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO  
18/02/1988 ARARAQUARA/SP

4a DATA EMISSÃO  
13/07/2023

4b VALIDADE  
02/05/2028

ACC  
D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
33463170 SSP SP

4d CPF  
368.896.758-51

5 Nº REGISTRO  
03953039506

9 CAT. HAB.  
AB



NACIONALIDADE  
BRASILEIRO

FILIAÇÃO  
VILSON RODRIGUES AGUIAR  
  
MARIA CRISTINA ALCOVER RODRIGUES

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A		02/05/2028		D1			
A1				BE			
B		02/05/2028		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES  
A;X;

Boas  
LUCAS VILAS BOAS PACHECO  
CHEFE DE TRÂNSITO

LOCAL  
BELO HORIZONTE, MG

ASSINATURA DO EMISSOR  
81821784205  
MG638990300



# Queiroz Batigniani

ADVOCACIA CONSULTORIA COMPLIANCE



## PROCURAÇÃO



### OUTORGANTE:

**CAROLINA ALCOVER RODRIGUES**, brasileira, inscrita no RG sob o nº 333463170 SSP/SP e no CPF sob o nº 368.896.758-51, residente e domiciliada na Rua Capitão Américo Santana, nº 280, Bairro Alto dos Caiçaras, Patos de Minas/MG, CEP 38702-228.



### OUTORGADAS:

**TALITA CARDOSO QUEIROZ**, brasileira, inscrita na OAB/MG sob o nº 180.292, com escritório profissional na Rua Guajajaras, 771, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP 30180-105.

**CAMILA BATIGNIANI PIMENTA TEIXEIRA**, brasileira, inscrita na OAB/MG sob o nº 151.035, com escritório profissional na Rua Guajajaras, 771, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP 30180-105.



A outorgante nomeia as outorgadas como suas procuradoras, conferindo-lhes os poderes das cláusulas *ad judicium* e *et extra*, conjunta ou separadamente, para defender os seus direitos e interesses em qualquer pleito iniciado ou por se iniciar, em que for autor, réu, assistente, podendo propor as ações que entender necessárias e delas variar, desistir, acordar, renunciar ao direito, contestar, interpor recursos, receber quantias, levantar alvarás, dar e aceitar quitação, solicitar averbações, certidões e documentos perante cartórios de notas, de registros de imóveis e órgãos públicos; e demais poderes por mais extensivos que sejam, no âmbito judicial ou extrajudicial, para o fiel cumprimento do presente mandato, podendo ainda, substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Belo Horizonte, 18 de março de 2024.

**CAROLINA ALCOVER RODRIGUES**  
CPF: 368.896.758-51

QB

31 98120-0989 – 31 97115-0368

Rua dos Guajajaras, 771/501 - Belo Horizonte - Minas Gerais

1



Este documento foi gerado pelo usuário 535.\*\*\*.\*\*\*-53 em 22/07/2024 02:22:04

Número do documento: 24062816415974500000318997860

<https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24062816415974500000318997860>

Assinado eletronicamente por: EDUARDO BARROS DE JESUS - 28/06/2024 16:41:59

Num. 330232413 - Pág. 17



PODER JUDICIÁRIO  
JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) Nº 5025364-36.2024.4.03.6301 / 9ª Vara Gabinete JEF de São Paulo  
DEPRECANTE: 2ª VARA FEDERAL DE PATOS DE MINAS/MG  
DEPRECADO: JEF SP - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CIVEL SÃO PAULO  
PARTE AUTORA: CAROLINA ALCOVER RODRIGUES  
ADVOGADO do(a) PARTE AUTORA: CAMILA BATIGNIANI PIMENTA TEIXEIRA - MG151035

DESPACHO

Cumpra-se a presente carta precatória.

Após, devolva-se, com baixa no sistema processual.

São PAULO, 2 de julho de 2024.

